

## A situação fiscal do governo federal, dos estados e dos municípios é grave. Diante desse cenário, como alcançar essas metas na educação?

Eu sou otimista. Estou muito confiante que o Brasil melhore seu crescimento, principalmente a partir de 2024, pelas condições que estão sendo estabelecidas. Claro que tem um efeito muito forte internacional hoje, a guerra da Ucrânia, agora esses episódios com Israel, e a economia está sendo afetada no mundo inteiro. O movimento da taxa de juros nos Estados Unidos também tem um efeito mundial. Mas, já há uma perspectiva neste ano, de um crescimento acima do que estava sendo esperado, os próprios relatórios estão apresentando isso. Então, nós estamos num otimismo de que o Brasil possa dar um crescimento econômico e, com isso, gerar condições de investimento maiores.

## Sobre as bolsas permanentes: qual será o valor para 2024 e quantas serão distribuídas?

Nós apresentamos para o presidente vários cenários. Para cada cenário, tem um valor diferente. A ideia é pagar um valor mensal e, ao final de cada ano, uma poupança, se for aprovado. E, no terceiro ano, ele vai poder resgatar tudo e vai poder ter um recurso para iniciar alguma atividade que ele queira de trabalho, pagar uma faculdade. É uma forma de você ter o seu dinheiro, ter seu cartão, sua conta no banco, saber o seu rendimento da poupança, enfim.

## Quais os princípios que o senhor aprendeu ou guardou da experiência como governador do Ceará que está trazendo para o nível federal?

O primeiro, o regime de colaboração. Se não houver a participação dos estados e municípios, você não consegue avançar. Ou seja, a liderança do governador, a liderança do prefeito, a liderança do secretário é fundamental. Eu sempre digo que toda política, toda ação é uma decisão política. Então, houve a decisão lá atrás, uma política do Ceará, de que vamos fazer da educação uma prioridade e uma política de Estado e não de governo, para não ter descontinuidade, independentemente do governo. Talvez o resultado do Ceará aconteceu porque não houve nenhuma descontinuidade ao longo do tempo.

## Há outros pontos importantes?

Sim. O empoderamento das pessoas. Ou seja, o meu reconhecimento dos resultados, o professor ser reconhecido, a escola ser reconhecida, o município ser reconhecido. As escolas são premiadas por isso. Quando o Ceará decidiu que a divisão do ICMS teria parte de um indicador de resultado da educação, que virou, inclusive, uma política nacional, porque hoje é lei nacional, ela tem vários estímulos. O prefeito sabe que se o seu município tem um resultado (na educação), ele vai receber mais dinheiro. Então isso mexe também. Mas o mais importante é o empoderamento e a autoestima das pessoas.

## Qual o efeito disso?

É impressionante que as pessoas sentem orgulho quando seu município tem uma escola nota 10, que melhorou ao saber que chegou a ter o melhor Ideb do Brasil sendo uma escola no Ceará. Isso é algo que mexe com a autoestima das pessoas e isso vai envolvendo difíceis. Hoje, independentemente da mudança de gestor, essa política terá descontinuidade, porque as pessoas não vão deixar de ver. E é por isso que eu tenho conversado com os governadores, articulando, fazendo reunião. É interessante: quando eu vou conversar e falo que, lá no Ceará, teve resultado, eles sabem que eu fui governador, é algo mais fácil para você ter um diálogo e mostrar que esse é o caminho. Claro que respeitando cada estado, as especificidades de cada município, em cada região. A região Norte é diferente da região Nordeste. Então, você tem que respeitar isso. Eles é que têm que ser os protagonistas, não o MEC.

## O senhor tem sentido receptividade dos prefeitos e dos governadores nessas conversas?

Estão todos empolgados. Eu fiquei impressionado que a adesão a esse programa (de

Ed Alves/CB/DA.Press.



**Eu tinha um mandato de senador, mas decidi aceitar porque eu achava que era uma obrigação minha dar uma contribuição ao meu país"**

alfabetização), foi quase 100%. Quase 99% dos municípios aderiram e 100% dos estados. Ou seja, isso mostra a vontade e o esforço. Mas eu não quero que o MEC seja o protagonista disso. Quem tem que ser o protagonista é o município, o estado. O papel do MEC é apenas coordenar esse processo, é a governança disso, é apoiar. Ele tem que acontecer lá na ponta.

## O senhor disse que o Piauí segue a linha que o Ceará seguiu. Há outros estados?

Cada um tem algumas especificidades. Pernambuco, por exemplo, apostou muito na escola em tempo integral no ensino médio. Hoje, é o estado com maior número de matrículas e está entre os primeiros do Ideb. O Espírito Santo também apostou muito também no ensino médio e está apostando muito, agora, também no ensino fundamental. A responsabilidade no estado é no ensino médio, o ensino fundamental, na grande maioria, é do município. Mas se esse menino no município não faz um bom ensino fundamental, ele chega ruim no ensino médio. Então, qual foi o grande segredo lá quando se iniciou isso? Nós vamos fazer um pacto com os municípios. Por isso, o regime de colaboração é importante. Vamos fazer um pacto com os municípios. Vamos apoiar material pedagógico, didático, com formação, com premiação, para que esse menino possa ter um resultado melhorado, porque ele já vai chegar bem melhor no ensino médio depois de nove anos.

## Esse é o segredo então?

Esse foi o segredo. E, hoje, o Ceará está entre os primeiros indicadores do ensino médio do Brasil. E isso foi fruto de que esse mínimo já está chegando melhor que o indicador, claro que houve também um esforço no ensino médio, na escola de tempo integral. Mas essa é a lógica, que é um pouco a mesma lógica que eu criei a mesma lógica para a saúde, quando fui governador.

## Como assim?

É a mesma coisa. A responsabilidade do município é o posto de saúde; a do Estado é ação secundária, terciária. Você tem a União que abraça tudo isso aqui por meio do SUS. Mas, se esse paciente não tiver a prevenção lá no município, para saber se ele tem diabetes, se ele tem hipertensão, aumenta o esforço aqui no hospital. Então, qual foi a mesma lógica? Eu botei parte do ICMS também para indicadores na saúde para os municípios lá. Lá, a educação é 18% e, a saúde, 15%. Então, três indicadores simples: mortalidade infantil, acidente de trânsito, que é o que mais gera demanda hospitalar, e problemas cardiovasculares. Então, se você melhorar os indicadores, com atenção primária lá na ponta, no posto de saúde, há a premiação do posto de saúde, no final do ano. Então, essa é a lógica.

## O seu nome está entre os ministros mais bem avaliados e aparece como um dos players para uma candidatura a vice ou mesmo à presidência em 2026. O senhor pensa nisso?

Eu vou ser muito sincero. Nunca imaginei ser governador do meu estado e cheguei a ser governador. Também não contava em ser ministro de uma das pastas que considero mais importantes da nação. Um país que não olha para educação não vai ter sucesso. A história já mostrou isso. E olha que eu passei oito anos muito difíceis, principalmente, nos últimos quatro anos, fui governador de um estado que era praticamente boicotado pela União. Fomos boicotados aqui (em Brasília) por tudo. O esforço que nós fizemos para manter foi enorme. Eu considero um crime federativo (o que sofremos), porque tem que ter o respeito à democracia, aos resultados das urnas. Da mesma forma que eu respeito o presidente, mesmo que não seja alinhado politicamente, eu respeito os prefeitos lá também, que não são alinhados comigo na época em que eu era governador. Eu tratava todos de forma republicana. Então, acho que isso é importante na política. Mas respondendo sua pergunta, meu objetivo agora é procurar dar minha contribuição aqui. Eu sempre digo que nós estamos aqui numa passagem, fui governador, passei, dei minha contribuição, vem outro. Eu quero, aqui, deixar uma contribuição para a educação, que eu acredito que é o grande caminho para o nosso país.

## E qual vai ser a sua marca nesses quatro anos?

Eu quero chegar ao final dos quatro anos melhorando os indicadores da educação do país, que são vergonhosos. O Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) do Brasil, é algo muito ruim. Nós vamos fazer um Pisa regional, para identificar onde é que está o problema do Brasil que é tão desigual. Vamos fazer o Pisa por estado para sabermos qual precisa melhorar. Se a gente faz o Ideb municipal, estadual, por que não fazer o Pisa?

## Mas o senhor ainda não respondeu sobre o futuro...

O meu foco é ajudar o presidente Lula, ajudar o país, ajudar a educação. Eu vou me dedicar muito. Eu tenho esse problema quando eu entro no negócio. Quando ele me convidou para ser ministro, eu tinha um mandato de senador. Mas eu decidi aceitar porque eu achava que era uma obrigação minha dar uma contribuição ao meu país. Então eu vou procurar fazer. Essa é a minha meta.

Ed Alves/CB/DA.Press.



para as instituições se inscreverem. Havia uma crítica muito grande, uma cobrança, porque havia uma concentração desses cursos em poucos grupos. Então, a ideia é que cada um só pode ter, no máximo, dois cursos. Vamos fazer uma coisa muito competitiva e transparente.

## É a resposta a uma certa narrativa, então.

É bom acabar com isso de o governo passado fez uma moratória e agora esse governo quer abrir. Não, o contrário. Estamos abrindo justamente para controlar, para que não haja o que aconteceu, senão ia continuar as 55.000 vagas aqui para ser decidido dentro do MEC, sem nenhum critério, só por decisão judicial. Então, não.

## Há outras questões em relação ao curso de medicina?

O grande problema na formação do médico no Brasil é a residência médica, que não tem. Neste edital, um dos critérios é ter residência médica. A pontuação da instituição vai ser maior se ela tiver maior número de residência médica. Focar em que tipo de profissional que está precisando no Brasil, né? Nós temos problemas hoje. Pediatria, por exemplo, é uma área difícil, ninguém quer.

## O governo cumpriu a promessa e reajustou as bolsas de iniciação científica depois de dez anos. Mas agora tivemos um bloqueio na verba da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de R\$ 116 milhões. Há receio de que haja bloqueios maiores. O que o MEC pensa a respeito?

É bom lembrar que a Capes teve um aumento de orçamento. Se eu pegar o orçamento executado em 2022, para 2023, houve um aumento de quase 55%. Nunca aconteceu, na história, um aumento tão grande. O comitê que gerencia a questão das finanças governamentais, neste segundo semestre, houve uma queda de arrecadação no país. Então, a junta orienta e determina que tem que haver alguns cortes para, exatamente, manter o equilíbrio e as metas fiscais do país. Então, o que nós orientamos é que uma parte foi, realmente, bloqueada (R\$ 50 milhões) e o restante foi contingenciado, podendo voltar no ano que vem. E não foi só na Capes, foram vários. Contanto que nós não prejudiquemos nenhum programa que nós fizemos aqui. Pensamos onde nós podemos cortar que não prejudique. Você reduz as viagens internacionais, então você vai tentando focar. Gestão é isso.

## Quando se fala em educação, comenta-se muito sobre o papel do governo. Mas a sociedade também não tem um papel?

Sem dúvida. Principalmente quanto a uma coisa que eu



**Sou daqueles que acredita que tudo precisa ser construído com diálogo. Quem executa a política do Ensino Médio não é o MEC "**

considero fundamental na formação da educação de qualquer criança e qualquer jovem: a participação da família. A família precisa estar apoiando a sua criança, o seu filho. Estou aqui generalizando, mas você vê hoje que, com esse acesso aos meios digitais, às vezes tem pais que não acompanham o que a criança está olhando na internet. Às vezes o pai, para se ver livre do filho, dá o celular para ele ficar entretido. Então, o envolvimento da família na formação educacional dos seus filhos é fundamental. Nós não podemos perder isso. Eu lembro que quando eu estudava, meu pai ia me ajudar a fazer meu dever de matemática e a me cobrar a tabuada.

## Tudo é jogado para a escola...

Não podemos jogar só para a escola. A escola é um momento que ele passa lá, precisa do papel da família, o exemplo dos pais. A escola não pode ser um ponto isolado, precisa ter a sua integração com a comunidade, os problemas da comunidade, projetos que possam envolver os nossos jovens na comunidade, na área ambiental. A gente vê também esse problema da violência nas escolas, que é fruto muito dessas questões das redes sociais, das plataformas que não têm regras, não têm punição. Qualquer um pode botar uma ameaça. O dono da plataforma não tem controle.

## É preciso uma legislação mais rigorosa?

O Congresso precisa aprovar a famosa Lei das Fake News (PL 2630/2020) para quando acontecer esses incidentes, como ocorreu este ano, o governo federal chamou as plataformas e exigiu que elas tirassem o conteúdo. Identificamos através de um processo de parceria com a inteligência dos estados quem é que estava publicando. Uns foram indicados, outros foram presos, foram chamados à delegacia. Precisa chamar para a responsabilidade. Não pode uma pessoa publicar que vai ameaçar, matar, defendendo o fascismo, o nazismo, a morte, as armas e ficar por isso mesmo. A pessoa precisa se responsabilizar e a plataforma que permite isso também. Então, isso é um problema mundial. Mas o Brasil precisa estar alerta para isso. A família precisa acompanhar isso, porque o maior tempo que a criança passa, muitas vezes, é em casa, com a família. Muitas vezes não é na escola. Então os pais precisam ter essa responsabilidade.

## As mudanças no Enem começam em 2024?

Não, nós vamos manter como está. Como teremos a discussão do novo Plano Nacional de Educação (PNE) a partir do ano que vem, vamos analisar o PNE para os próximos dez anos. Vamos aproveitar e discutir também uma série de pontos. Discutir as metas da creche, de escola em tempo integral, o ensino médio, incluindo o Enem. O que o MEC vai fazer agora é respeitar o Enem, a partir da base comum curricular, para não haver prejuízo para nenhum estudante neste país.

## Uma das maiores críticas que o senhor recebeu quando assumiu foi o fato de o Novo Ensino Médio não ter sido revogado, e apenas suspenso. Por que essa decisão?

Primeiro, como é que eu vou revogar algo que já estava em andamento? Segundo, eu sou daqueles que acredita que tudo precisa ser construído com diálogo. Quem executa a política do ensino médio não é o MEC. E como vou fazer uma mudança com estados que já tinham implementado no ano anterior? Você prepara o ano letivo no ano anterior, não é no mesmo ano. O ano letivo de 2023 foi preparado em 2022. Então, como é que eu ia fazer uma mudança, naquele momento, sem ouvir os estados?

## Então qual foi o processo?

Fizemos uma consulta, ouvimos alunos, professores, especialistas, estados. Infelizmente, é um processo que leva tempo ouvir 130 mil alunos. O levantamento nos deu um diagnóstico importante do que é o problema do ensino médio. Não é só a questão curricular. E construímos um consenso. O projeto de lei já está pronto para o presidente assinar. Conversei sobre isso com ele.